

## Regulação da responsabilidade socioambiental

Como reflexo do aumento da consciência e responsabilidade socioambiental por parte da Sociedade, investidores e reguladores, cada vez mais, levantam questões relevantes acerca dos impactos socioambientais nas operações realizadas pelo setor financeiro. Assim, em abril, o CMN editou a Resolução 4.327 que estabelece as diretrizes para a implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelas instituições financeiras. Apesar da novidade em termos regulatórios, o próprio acesso aos recursos de bancos de fomento e desenvolvimento internacionais já tem demandado essa prática.

A PRSA deverá versar sobre a estrutura de governança corporativa necessária para a gestão de risco e ser definida conforme os princípios de relevância e proporcionalidade de cada instituição e em linha com a natureza dos seus negócios, complexidade dos serviços e produtos oferecidos, bem como as atividades, processos e sistemas adotados. A política, ainda, deve assegurar a adequada integração com as demais políticas de gestão, tais como a de crédito, de recursos humanos e de risco.

O regulador definiu risco socioambiental, como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Esse risco deve ser identificado como mais um componente das diversas modalidades de risco que as instituições financeiras estão comumente expostas. Caberá a cada uma fazer o seu próprio exercício de reflexão na definição das suas responsabilidades, na formação de políticas e procedimentos para a mitigação do risco socioambiental.

Apesar de que no curto prazo possa ocorrer uma elevação dos custos relacionados aos processos de concessão de crédito e investimentos das empresas, o normativo tem como verdadeiro propósito a mitigação dos riscos do sistema.

Riscos, aliás, já evidenciados em algumas demandas judiciais. Assim, o estabelecimento de padrões mínimos deverá diminuir a insegurança jurídica e ajudar na redução da assimetria de informações e na promoção da estabilidade financeira.

Espera-se que, no médio e longo prazo, haja uma redução significativa dos riscos de crédito e aumento da confiança no fluxo de caixa projetado para as empresas. Assim, a gestão de possíveis impactos socioambientais não deve ser encarada meramente como uma elevação de custos, mas sim como um instrumento adicional para a otimização do processo de gestão de riscos.

Não obstante, os benefícios de longo prazo que certamente serão obtidos com a regulação, o esforço para estar em conformidade regulatória impõe importantes desafios para as instituições financeiras, especialmente em função das diferenças estruturais existentes. Todavia, o cronograma de implantação diferenciado permitirá que a adequação das instituições ocorra sem sobressaltos. Já pelo lado da supervisão, espera-se que as orientações ocorram no sentido de que as instituições mantenham uma adequada compatibilização entre os planos de ação e os instrumentos de controle que dispõem.

Finalmente, a percepção é de que o arcabouço regulatório deverá ser aprimorado, conforme a maturação das práticas de mercado. Nesse sentido, deve-se ressaltar a importância do papel das entidades de classe como agentes estimuladores do processo em termos da capacitação das instituições e seus colaboradores e na busca de mecanismos de disseminação de boas práticas de gestão de risco socioambiental.

### Leituras Sugeridas e Destaques

Risco de Liquidez: Considerações de Janet Yellen

Lei Anticorrupção - é hora de rever o *compliance*

Supervisão de Conduta

Certificado de Operações Estruturadas

Relatório de Estabilidade Financeira

Estatísticas de Letras Financeiras e Cessões de Crédito

### Regulação

Comitê de Auditoria

Portabilidade Eletrônica

Política de Responsabilidade Socioambiental

Regulamentação das Letras Financeiras

Regras de Liquidação Antecipada

Normas de Arranjos de Pagamentos

# LEITURAS SUGERIDAS

## Grande demais para falir e para ignorar

Martin Wolf é editor e principal analista econômico do FT. Artigo publicado no Jornal Valor Econômico em 16/04/2014 (Tradução de Rachel Warszawski).

Martin Wolf faz no artigo uma análise acerca do papel das chamadas instituições "grande demais para falir" e seus impactos para as políticas de governo. Uma das interrogações que cercam a regulamentação pós-crise é que esse problema ainda não foi resolvido. Segundo relatório do FMI, a probabilidade de que bancos com essa característica sejam alvo de socorro financeiro permanece alta. Como razões prováveis para que o problema não tenha diminuído, o articulista relaciona: o aumento de concentração do sistema e os elevados subsídios implícitos. Ainda na análise, sublinha a dificuldade em se conceber um bom argumento para esse suporte, em detrimento dos concorrentes de menor porte, e aponta os diagnósticos do FMI: restringir o porte e as atividades dos bancos; diminuir a probabilidade de ocorrerem problemas de solvência; e baixar a probabilidade e o porte de qualquer operação de socorro financeiro para essas situações. Em vista disso, a melhor política seria a segunda alternativa, de forma que o capital deveria ser elevado até que os subsídios fossem eliminados.

[Clique aqui para ler.](#)

## Risco de Liquidez: Considerações de Janet Yellen

Considerações de Janet L. Yellen – *Chair Board of Governors of the Federal Reserve System* – para o *Financial Markets Conference do Federal Reserve Bank of Atlanta's 2014*. Atlanta, 15 de abril de 2014. Tradução e adaptação da Assessoria Econômica da ABBC.

Para Janet Yellen, o LCR e o NSFR não são capazes de resolver completamente as preocupações para a estabilidade financeira associadas ao financiamento baseado em recursos de curto prazo e atacado. Esses padrões não endereçariam o risco sistêmico e não seriam aplicados ao chamado *shadow banking* e não abordariam o financiamento das carteiras de instrumentos financeiros. A equipe do *Federal Reserve* está ativamente avaliando medidas adicionais e estaria cuidadosamente avaliando as vantagens e desvantagens associadas a uma regulamentação mais rigorosa para a liquidez. Finalmente, a *Chairwoman* destaca um trabalho do Comitê de Basileia que aponta os benefícios econômicos que seriam obtidos dos novos padrões de Basileia III, o que daria suporte para a ideia de que pode haver espaço para padrões mais robustos de capital e liquidez para os grandes bancos dos que foram adotados até agora.

[Clique aqui para ler.](#)

# LEITURAS SUGERIDAS

## Lei Anticorrupção - é hora de rever o *compliance*

Valdirene Lopes Franhani - Sócia da Divisão do Contencioso do escritório de Braga & Moreno Consultores e Advogados, 05.05.14

O artigo aborda a Lei nº 12.846/13, conhecida como a Lei Anticorrupção, cujo objetivo é o de reprimir atos de corrupção praticados contra os órgãos públicos e tem como principal foco as empresas. A lei prevê como objetiva a responsabilidade civil e administrativa da pessoa jurídica, por práticas cometidas pelos seus funcionários, sócios e administradores, não importando se a ação foi praticada com dolo ou culpa, ou se o resultado gerou benefício ou não. A punição, que poderá ser severa, ocorrerá de forma independente da tramitação dos processos civis e criminais instaurados contra as pessoas naturais. Essa presunção é questionada, no caso de inexistência do nexo causal entre a empresa e o ato, a autora também sublinha a necessidade de se constatar, na prática, a ocorrência de abusos nas constatações. O documento é finalizado com um alerta acerca dos possíveis efeitos e da importância do papel das áreas de *compliance* e controles internos, a fim de se prevenir e se adequar aos questionamentos decorrentes da lei.

[Clique aqui para ler.](#)

## Consequências da alteração do CDC

Bruno Salama e Vicente Braga - Professor associado da Direito GV/SP e membro titular do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; advogado e mestre pela Direito GV/SP. Artigo publicado no jornal Valor Econômico em 28.05.2014..

O artigo aborda o projeto de alteração no Código de Defesa do Consumidor que visa obrigar a notificação prévia ao consumidor sobre a cessão do crédito, dando a ele a preferência para o pagamento da dívida. Na justificativa do projeto, vê-se que o alvo preferencial são as instituições financeiras. Segundo os autores, não haveria diferença para o cessionário, enquanto que o consumidor teria a prerrogativa de liquidar a sua dívida com um desconto, o que seria legítimo sob o ponto de vista de proteção dos consumidores.

Contudo, a mudança traria o retardamento do processo e o encarecimento dos recursos antecipados, dessa forma prejudicando o próprio mercado de cessão de créditos. Para os autores, como há um ganho de escala na negociação de créditos no atacado, não faria sentido oferecer ao cliente do varejo o mesmo preço praticado no atacado. Além disso, a alteração desconsideraria a complexidade dos mecanismos operacionais inerentes ao mercado, que impactam o apreçamento das negociações, como a possibilidade do cedente se responsabilizar pela solvência do devedor e a securitização dos créditos. Assim, se aprovada, a modificação aumentaria as exigências para a concessão de créditos e pressionaria as taxas de juros.

[Clique aqui para ler.](#)

## Supervisão de conduta

### Departamento de Supervisão de Conduta - Decon

Após a crise financeira estabeleceu-se uma nova tendência internacional para o modelo de supervisão bancária. Denominada como *Twin Peaks*, a nova abordagem segrega a supervisão em duas frentes, a prudencial e a de conduta. Enquanto a primeira tem como foco a solidez das instituições financeiras, a segunda tem como preocupação a conduta na prática dos seus negócios. Entende-se como conduta, procedimentos para a prevenção à lavagem de dinheiro e à ilícitos financeiros, relacionamento com os consumidores dos produtos e serviços, *suitability*, práticas de concorrência, comunicação com os *stakeholders*, correção das informações prestadas e observância de normas e regulamentos na realização dos negócios. Para discutir com as instituições esse novo arcabouço e as alterações na estrutura da supervisão esteve na ABBC a Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta – Andreia Lais de Melo Silva Vargas. No encontro, descreveu-se o modelo de inspeção remota que será aplicado ao segmento não bancário e aos bancos de menor risco. Finalmente, a supervisão sublinhou como pontos de atenção: o nível de reclamações procedentes no sistema RDR e a aplicação das resoluções 4.283/13 (Contratação de operações e prestação de serviços), 4.292/13 (Portabilidade eletrônica) e 4.294/13 (Contratação de correspondentes).

[Clique aqui para ler.](#)

## Certificado de Operações Estruturadas

Em encontro com associados da ABBC, o Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro – Sérgio Odilon dos Anjos – ministrou uma apresentação dos fundamentos que compõem a estrutura regulatória do Certificado de Operação Estruturada (COE). A Resolução 4.263/13 do CMN e as Circulares 3.684/85 do Banco Central disciplinam as condições e procedimentos para que as instituições financeiras (IFs) emitam este certificado, conforme estabelecido pela Lei 12.249/10.

O conjunto de normativos mostra-se como um importante aprimoramento do marco legal para o tratamento de operações estruturadas já realizadas dispersamente pelo mercado local e, simultaneamente, propicia maior transparência e redução dos custos de observância relacionados ao controle/monitoramento dos riscos das instituições emissoras.

As operações estruturadas aumentam a flexibilidade para que se tenham produtos com rentabilidades referenciadas em diversos tipos de índices e ativos e representam uma fonte complementar de captação para os bancos. Podem, também, se traduzir em maior estabilidade e alongamento dos passivos das IFs. Ao investidor, constitui-se uma alternativa interessante de investimentos em produtos adequados aos seus perfis de atuação e de diversificação de risco de seu portfólio.

Pelo lado da demanda, o desenvolvimento do mercado vai depender do apetite de risco do investidor e da sua maturidade para avaliar adequadamente os riscos implícitos nas operações. Pelo lado da oferta, em função da maior sofisticação e complexidade comparadas com as modalidades tradicionais de captação, a estrutura regulatória estabelece requisitos adicionais aos processos de controles operacionais e de gestão de riscos das instituições emissoras.

Finalmente, o regulador advertiu que as IFs devem estabelecer padrões para que a oferta do produto seja feita compatível com o perfil dos aplicadores e buscar melhores práticas que transmitam aos seus clientes os custos, benefícios e riscos inerentes às transações, além da transparência em relação às obrigações dos contratantes. Em resumo, devem buscar estratégias eficientes para aplicação do conceito de *suitability*.

[Clique aqui para ler.](#)

## Relatório de Estabilidade Financeira

## Sistema de pagamentos de varejo

### Comentários sobre o Relatório de Estabilidade Financeira - Mar/2014

O documento anexo sumariza pontos abordados pelo último Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central. Mesmo diante de um cenário de redução na liquidez global, a autoridade monetária constata um baixo risco de liquidez e a elevada resiliência do segmento bancário. Motivada pela elevação das taxas de juros e queda do valor de mercado dos títulos públicos, houve uma redução da participação dos ativos líquidos na carteira dos bancos.

Com o crédito doméstico exibindo um ritmo moderado, observa-se uma redução no ritmo de crescimento do resultado da intermediação financeira, o que pressiona a rentabilidade do sistema. De forma a contornar o impacto, as instituições empreendem esforços na contenção de despesas administrativas e na ampliação da venda de serviços.

O indicador de solvência do sistema bancário permaneceu elevado mesmo com a entrada em vigor dos ajustes prudenciais previstos em Basileia III. As mudanças serão progressivas e seus efeitos serão integralizados apenas em 2019, em linha com o cronograma internacionalmente acordado. Nas simulações de situações de estresse, o sistema apresentou adequada capacidade de suportar efeitos de choques decorrentes de cenários adversos.

[Clique aqui para ler.](#)

### Elevação mais pronunciada das transações com cartões de débito

O faturamento do mercado de cartões de débito e crédito em 2013 acumulou um total de R\$ 826,9 bilhões, mostrando um crescimento anual de 17,6%. Os cartões de crédito foram responsáveis por 64,6% do faturamento total e os de débito por 35,4%, após ampliarem 1,6 p.p. ante 2012. O estoque de cartões foi de 193,6 milhões no quarto trimestre de 2013, sendo 87,5 milhões de cartões de crédito. A quantidade de transações realizadas com cartões de crédito cresceu 11,7% e a com cartões de débito aumentou 18,9%.

[Clique aqui para ler.](#)

## Letras Financeiras

### **Aumento da participação das instituições de grande porte**

O estoque de Letras Financeiras totalizou R\$ 284 bilhões em 2013 representando uma alta de 20% sobre o ano anterior. As emissões totalizaram mais de R\$ 112 bilhões, configurando, portanto, um aumento de 12% no ano. O desempenho das Letras Financeiras Subordinadas foi prejudicado pelas restrições impostas pela regulamentação de Basileia 3 que tornaram mais rigorosos os requisitos para elegibilidade dos instrumentos para a composição do capital das instituições.

Os fundos de investimento continuaram como os principais detentores, independentemente da condição de subordinação. Segmentando as emissões por porte, a participação das instituições com patrimônio líquido superior a R\$ 10 bilhões elevou-se para 78% do volume emitido. As Letras Financeiras indexadas ao DI continuaram prevalecendo, mesmo com os maiores pesos das prefixadas e daquelas atreladas ao IPCA, ao mesmo tempo em que a atividade no mercado secundário aumentou, tanto em quantidade como em termos de valores.

[Clique aqui para ler.](#)

## Cessões de Crédito

### **Arrefecimento no volume de cessões**

Pelas informações oferecidas pelo Sistema Central de Cessão de Crédito, o primeiro bimestre de 2014 registrou uma queda de 34% sobre o mesmo período do ano anterior. Essa redução esteve em linha com o arrefecimento constatado no ano de 2013, período em que a quantidade de cessões caiu para, praticamente, a metade de 2012. Já em termos de valores, os primeiros dois meses somaram um valor semelhante ao do período equivalente de 2013. Diferentemente do quesito anterior, o acumulado dos últimos 12 meses apontou elevação. Em decorrência de tais evoluções, o valor médio por cessão aumentou mais de 50% nos dois primeiros meses de 2014, totalizando pouco mais de R\$ 75 milhões.

[Clique aqui para ler.](#)

## Crédito em 2013

### **A carteira de crédito cresceu 14,6% em 2013, equivalente a 56,5% do PIB**

O peso do crédito livre continuou diminuindo, em sintonia com o maior ímpeto de crescimento da carteira direcionada. No crédito livre, a desaceleração só não foi menor nas empresas, em função das operações com recursos externos, mesmo assim, a principal linha do segmento continuou pertencendo aos recursos domésticos, caracterizado pelo financiamento para capital de giro. Na carteira de pessoa física, o crédito pessoal significou 2/5 do total, sendo a maior parte deste montante composto pelo crédito consignado.

Novamente, a carteira de crédito das instituições públicas avançou sobre o saldo das instituições privadas, nacionais ou estrangeiras. A manutenção deste processo culminou em 2013, numa participação pública semelhante aos patamares anteriores a 1999.

O valor concedido em novas operações no ano foi praticamente dividido entre as pessoas físicas e jurídicas. Porém, o ritmo de crescimento nas primeiras foi quase o dobro das últimas. Mesmo assim, o fluxo médio diário de 2013 superou o registrado em 2012, independente de as contratações ocorrerem para as empresas ou famílias.

A taxa de juros das operações de crédito subiu em 2013, embora num ritmo menor que o registrado na ponta da captação. Assim, mesmo no ano caracterizado pelo início do aperto monetário, o spread registrou outra diminuição.

Em 2013, o prazo médio da carteira foi, aproximadamente, a metade do registrado na concessão e o atraso diminuiu ao incorporar a queda do segmento livre. A inadimplência, por sua vez, conceituada como o percentual de atrasos acima de 90 dias, também apontou queda, contudo, o movimento derivou de ambos os segmentos.

[Clique aqui para ler.](#)



## Mapa de Educação Financeira

### Estratégia Nacional de Educação Financeira

Instituída em 2010, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) é uma iniciativa público-privada que objetiva estimular o debate sobre a importante questão da educação financeira na sociedade.

Ao melhorar a tomada de decisões pelos consumidores, o projeto também busca o fortalecimento do exercício da cidadania, colaborando, inclusive, com um aumento da eficiência e da solidez do sistema financeiro nacional.

Um importante resultado dessa estratégia foi o Mapa das Iniciativas de Educação Financeira no Brasil, o qual constitui um importante levantamento estatístico que colabora para ampliar a visão sobre a questão.

Dentre as inúmeras conclusões deste trabalho foi possível constatar um aumento de mais de oito vezes nas iniciativas ao longo dos últimos anos, sendo na sua maioria realizada de forma gratuita. Já a metade das ações tem alcance nacional, dado o papel da internet, embora a região sul e sudeste ainda concentrem a maior fração.

Outro fruto do trabalho identificou diferentes grupos de iniciativas. O primeiro caracterizado pelo planejamento financeiro e pelo consumo consciente. O segundo focado na utilização do crédito e no estímulo à formação da poupança. E um terceiro grupo de iniciativas, alinhado com a questão da educação continuada.

Estratégia Nacional de Educação Financeira.

Para ter acesso à apresentação na íntegra, [clique aqui](#).

Para ter acesso ao resumo na íntegra, [clique aqui](#).

## COAF

### **Cadastro de Pessoas Expostas Politicamente**

O COAF disponibilizou consulta ao Cadastro de Pessoas Expostas Politicamente (PEP).

O Cadastro, resultado da [Ação nº 7 da ENCCLA 2013](#), foi consolidado pela Controladoria-Geral da União e contém informações sobre os servidores, titulares de cargos e de outras funções públicas, considerados expostos politicamente.

O Cadastro apresenta informações de servidores que integram os seguintes órgãos ou ocupam os seguintes cargos: Órgãos integrantes do [Sistema de Pessoal Civil \(SIPEC\)](#) da Administração Pública Federal; Banco Central do Brasil; Empresas estatais; Câmara dos Deputados; Ministério Público; Governadores e vice-governadores dos Estados; Prefeitos e Vice-Prefeitos das Capitais; Presidentes das Câmaras Municipais das Capitais e Presidentes das Assembleias legislativas estaduais.

O acesso ao Cadastro PEP poderá ser realizado pelos comunicantes registrados no SISCOAF e pelos requisitantes cadastrados no Sistema Eletrônico de Intercâmbio (SEI).

As orientações para acesso dos comunicantes ao Cadastro PEP constam no item 4.9 do [Manual do SISCOAF](#).

Fonte: COAF - 02.04.14

[Clique aqui para ler.](#)

## Comitê de auditoria

O CMN aprovou alteração na Resolução 3.198, de 2004, no que diz respeito ao comitê de auditoria das instituições financeiras.

A norma tem o objetivo de aprimorar a composição e a atuação do referido comitê com a permissão para que até um terço de seus integrantes possam cumprir mais um mandato consecutivo único e ampliação da independência para os comitês de auditoria das instituições de capital fechado.

Com isso são aprimoradas as condições de governança das instituições financeiras, possibilitando-se a elas equilibrar a necessidade de renovação desse importante órgão estatutário com eventual interesse de manutenção da experiência e do conhecimento técnico de alguns de seus membros, além de estimulado maior nível de independência nos comitês de auditoria das instituições financeiras de capital fechado, a exemplo do que já se é exigido para as instituições que detenham capital aberto.

Para ver a resolução 4.329, [clique aqui](#).

Fonte: Banco Central do Brasil / Assessoria de Imprensa - 25.04.14

## Portabilidade Eletrônica

A partir de segunda-feira, dia 5 de Maio, passou a vigorar em todo o país a portabilidade eletrônica de crédito. Prevista por Lei desde 2006, a transferência de dívida tem por objetivo incentivar a concorrência, ao possibilitar a todos os clientes do sistema a transferência das dívidas entre instituições, sem burocracia ou custo adicional.

Dentre os aperfeiçoamentos realizados pelo CMN, ainda no final de 2013 - através da Resolução 4.292 - ficaram definidos: a obrigatoriedade da utilização do sistema eletrônico entre as instituições, a limitação do prazo e do valor ao saldo devedor da operação original, a proibição do repasse ao cliente dos custos da transferência entre as instituições envolvidas, entre outros.

[Clique aqui para ler](#).

Fonte: Banco Central do Brasil / Assessoria de Imprensa - 05.05.14

## Política de responsabilidade socioambiental

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece diretrizes para o estabelecimento e a implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelas instituições financeiras. A elaboração de uma PRSA parte do princípio de que as instituições financeiras devem demonstrar como consideram os riscos socioambientais no processo de gerenciamento das diversas modalidades de risco a que estão expostas.

A norma é o resultado de uma ampla discussão com a sociedade, iniciada em 2011, a qual resultou na realização de audiência pública cujo edital foi divulgado durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

A resolução estabelece que a política deve conter as diretrizes que balizam as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação da instituição com suas partes interessadas. Para tanto, a norma baseia-se em dois princípios: 1) proporcionalidade: a política deve ser compatível com a natureza da instituição e com a complexidade de suas atividades e de seus serviços e produtos financeiros; 2) relevância: a política deve considerar o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da instituição.

Com base nos princípios acima, permite-se que tais políticas sejam aplicadas de forma equilibrada e diferenciada entre as diversas instituições e segmentos do Sistema Financeiro Nacional, levando-se em conta os diferentes perfis de negócios, estimulando-se a redução de riscos ao sistema financeiro, sem que sejam gerados custos adicionais ao tomador de crédito final.

Além disso, a política deve tratar da governança da PRSA, inclusive para fins do gerenciamento do risco socioambiental.

Para permitir que as instituições possam adequar seus sistemas e processos às novas disposições, foi estabelecido período de adaptação para que seja aprovada a PRSA, e iniciada a execução do respectivo plano de ação, conforme o seguinte cronograma:

I - até 28 de fevereiro de 2015, por parte das instituições obrigadas a implementar o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap), conforme regulamentação em vigor; e

II - até 31 de julho de 2015, pelas demais instituições.

Para ver a resolução 4.327, [clique aqui](#).

Fonte: Banco Central do Brasil / Assessoria de Imprensa - 25.04.14

## Regulamentação sobre emissão de letra financeira

O Conselho Monetário Nacional (CMN) editou resolução aprimorando a regulamentação relativa à emissão das letras financeira (LF), regulamentando dispositivos estabelecidos pela Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013. A referida lei, que faz parte do conjunto de ações relacionadas à adoção das recomendações de Basileia III no Brasil, modificou a disciplina das LF, compatibilizando determinadas características do título aos requisitos necessários à sua utilização para fins de composição do capital regulamentar das instituições emissoras.

Com a resolução, passou a ser admitida, exclusivamente para fins de composição do Patrimônio de Referência, a emissão de LF com cláusula de subordinação prevendo:

I - a suspensão do pagamento da remuneração estipulada;

II - a extinção permanente do direito de crédito por ela representado ou, alternativamente, conversão desse direito em ações elegíveis ao Capital Principal da instituição emitente;

III - o vencimento condicionado somente à ocorrência da dissolução da instituição emitente ou do inadimplemento da obrigação de pagar a remuneração estipulada, caso em que ambas as condições deverão constar do título; e

IV - a correção pela variação cambial.

Adicionalmente, permitiu-se aos emissores a recompra de até 3% do saldo total das LF emitidas com cláusula de subordinação, com o intuito de viabilizar a formação de mercado para o instrumento.

Além disso, foi regulamentada a ordem de preferência no pagamento dos titulares da LF, que passa a estabelecer diferentes níveis de subordinação de acordo com as características do título.

Para ver a resolução 4.330, [clique aqui](#).

Para ver nota técnica sobre a resolução 4.330, [clique aqui](#).

## Regras de liquidação antecipada

O CMN aprimorou as regras de liquidação antecipada das operações de crédito e de arrendamento mercantil previstas na Resolução 3.516/07. O cálculo do saldo devedor para amortização ou liquidação antecipada de operação de crédito com taxas prefixadas vai ser simplificado para operações contratadas a partir de 5 de maio, quando entra em vigor a Resolução 4.292/13, que trata da melhoria introduzida com o sistema automatizado da portabilidade do crédito.

O saldo devedor passará a ser calculado exclusivamente com base na taxa de juros firmada no momento da contratação da operação de crédito. Anteriormente, a norma previa que o parâmetro de cálculo do saldo devedor deveria considerar as taxas Selic da data de contratação e de liquidação da operação. Essa alteração visa simplificar o cálculo do saldo devedor, aumentando a transparência e, assim, proporcionando melhores condições para a tomada de decisão por parte dos clientes quanto à liquidação de operações e à portabilidade do crédito. A aplicação da taxa de juros pactuada no contrato terá que constar de cláusula contratual.

Para ver a Resolução 4.320, [clique aqui](#).

Fonte: Banco Central do Brasil /Assessoria de Imprensa - 27.03.14

## Copom mantém Selic em 11% ao ano e encerra ciclo de alta

Fonte: Valor Econômico / Eduardo Campos / Alex Ribeiro - 29.05.14

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decretou o fim de um dos ciclos de aperto monetário mais longos e intensos desde a instituição do regime de metas, em 1999...+ [Ler Mais](#)

## Banco privado retoma apetite por linhas do BNDES

Fonte: Valor Econômico / Felipe Marques - 29.05.14

Foi entre os bancos privados que os repasses do BNDES ganharam mais velocidade no último ano. Ainda que o *spread* tenha se mantido o mesmo no período, não houve como ignorar a forte demanda das empresas...+ [Ler Mais](#)

## STF adia julgamento de planos econômicos

Fonte: Valor Econômico / Máira Magro - 29.05.14

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou ontem, mais uma vez, o julgamento das ações sobre os planos econômicos das décadas de 1980 e 1990 - a causa mais temida pelo sistema financeiro no Judiciário...+ [Ler Mais](#)

## IFC quer dobrar apoio à infraestrutura no país

Fonte: Valor Econômico / Francisco Góes - 29.05.14

A *International Finance Corporation* (IFC), unidade do Banco Mundial para o financiamento ao setor privado, tem planos de dobrar a carteira de investimentos em projetos de infraestrutura no Brasil em período de três anos...+ [Ler Mais](#)

## BCE celebra progressos de bancos mas alerta para riscos

Fonte: Brasil Econômico / AFP - 29.05.14

A zona do euro está progredindo na gestão do seu setor bancário, após longos anos de crise; contudo, novos riscos estão surgindo, afirmou o Banco Central Europeu (BCE) ontem...+ [Ler Mais](#)

## Mercado em alerta com bônus europeus

Fonte: Valor Econômico / Elaine Moore / *Financial Times* - 29.05.14

O sentimento anti-União Europeia pode até ter dominado as urnas na eleição parlamentar do bloco nesta semana, mas o evento que mais influenciou os mercados de bônus foi o apoio na Itália...+ [Ler Mais](#)

## Projeto abre mercado de capitais às micro e pequenas empresas

Fonte: Valor Econômico / Raphael Di Cunto - 28.05.14

Emenda incluída de última hora no projeto de lei do Simples vai permitir que as micro e pequenas empresas tenham acesso ao mercado de capitais sem ter de deixar o regime simplificado de tributação...+ [Ler Mais](#)

## Reforma de regras da CVM moderniza a comunicação

Fonte: Valor Econômico / Suzana Liskauskas - 28.05.14

Editada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 2004, a instrução CVM 409/04, que dispõe sobre a constituição, administração, funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento...+ [Ler Mais](#)

## Integrar para conquistar

Fonte: Valor Econômico / Fernando Torres - 27.05.14

Os profissionais de relações com investidores, sustentabilidade e comunicação têm agora um bom argumento para convencer seus chefes a manter ou iniciar projetos para divulgação de informações de forma abrangente...+ [Ler Mais](#)

## CMN cria estímulo a letra financeira

Fonte: Valor Econômico / Eduardo Campos - 27.05.14

O Conselho Monetário Nacional (CMN) criou ontem um incentivo para o desenvolvimento de um mercado secundário de letra financeira (LFs), espécie de debênture emitidas por bancos. Hoje esse é um segmento com poucas transações...+ [Ler Mais](#)

## Cooperativas iniciam busca por gestão mais transparente

Fonte: DCI / Ernani Fagundes - 26.05.14

As 1,44 mil cooperativas de crédito integradas ao Sistema Financeiro Nacional estão buscando a profissionalização de suas atividades e a implantação de conselhos de governança corporativa e de diretorias executivas...+ [Ler Mais](#)

## Crédito puxa avanço de instituições públicas

Fonte: Valor Econômico - 23.05.14

Na disputa por posições no *ranking* de ativos, o que mais colaborou para elevar a participação dos dois maiores bancos públicos do país, Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal, foram as operações de crédito...+ [Ler Mais](#)

## STJ dá vitória a poupadores em julgamento de plano econômico

Fonte: Valor Econômico / Máira Magro / Eduardo Campos - 22.05.14

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu ganho de causa aos poupadores, ontem, ao julgar dois recursos de bancos para discutir a incidência de juros de mora sobre ações civis públicas que tratam da correção monetária da poupança...+ [Ler Mais](#)

## Compulsório na infraestrutura

Fonte: Brasil Econômico / Léa De Luca - 22.05.14

Os bancos sugeriram ao governo a utilização de depósitos compulsórios como fonte mais barata de recursos para financiar projetos de infraestrutura...[+ Ler Mais](#)

## Novos nichos do mercado de crédito

Fonte: Brasil Econômico / Léa De Luca / Marcelo Loureiro - 21.05.14

A maré não está para peixe para quem atua no mercado de crédito. Crescimento menor, demanda mais fraca por parte das empresas e riscos de inadimplência em alta, acompanhando o movimento dos juros e da inflação...[+ Ler Mais](#)

## Crédito subsidiado passa quase ileso pela alta dos juros

Fonte: Gazeta do Povo / Cristina Rios - 21.05.14

Apesar do aperto monetário implantado pelo governo federal, existe um setor do crédito que continua a crescer mesmo com os juros mais elevados. É o chamado crédito direcionado...[+ Ler Mais](#)

## Bancos iniciam corrida por capital

Fonte: Valor Econômico / Carolina Mandl - 19.05.14

Os bancos brasileiros começam uma corrida atrás de capital para reforçar seus balanços até 2019, quando as regras de Basileia 3 estarão 100% em vigor...[+ Ler Mais](#)

## Novo sistema pode facilitar as emissões de COEs

Fonte: Brasil Econômico / Léa De Luca - 19.05.14

Um novo programa de computador lançado na semana passada vai facilitar as emissões dos Certificados de Operações Estruturadas (COEs). O *software*, desenvolvido pela *Senior Solution*, faz a gestão conjunta de tudo...[+ Ler Mais](#)

## Mercado de cartões intensifica novos negócios

Fonte: Brasil Econômico / Cezar Faccioli - 16.05.14

As projeções da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) de crescimento da participação dos cartões entre os meios de pagamento dos atuais 30% para até 50%...[+ Ler Mais](#)

## Regras para crescer

Fonte: Brasil Econômico / Cezar Faccioli - 16.05.14

A aprovação do marco regulatório prevendo a fiscalização pelo Banco Central permitirá um crescimento ainda mais rápido dos Meios Eletrônicos de Pagamento no País...[+ Ler Mais](#)

## Bancos grandes preocupam FMI

Fonte: Brasil Econômico / Léa De Luca - 15.05.14

Bancos com mais de US\$ 50 bilhões em ativos podem ser grandes demais para o bem-estar da sociedade e oferecem risco sistêmico muito maior. Mas limitar seu tamanho não é a solução...[+ Ler Mais](#)

## Acaba exclusividade em SP no consignado

Fonte: Valor Econômico / Felipe Marques - 15.05.14

Daqui a 90 dias, o Banco do Brasil (BB) deixará de ser a única instituição financeira a poder fazer empréstimos com desconto em folha de pagamento para os servidores do Estado de São Paulo...[+ Ler Mais](#)

## Em busca de consistência para o 'valor justo'

Fonte: Valor Econômico / Fernando Torres - 15.05.14

Duas iniciativas recentes, uma internacional, e outra lançada pelo Banco Central brasileiro, pretendem aumentar a consistência sobre o controverso uso do "valor justo" nos balanços...[+ Ler Mais](#)

## Controlar endividamento ainda é desafio

Fonte: Valor Econômico / Natalia Viri - 15.05.14

Em meio ao baixo crescimento da economia e inflação elevada, as empresas vêm recorrendo a ajustes em custos e despesas operacionais para segurar as margens de lucro...[+ Ler Mais](#)

## Banco Central toma partido do FGC contra fundos de pensão

Fonte: Valor Econômico / Thais Folego - 14.05.14

Os fundos de pensão travam uma queda de braço com o Banco Central (BC) em torno das indenizações do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Nos casos de quebra de instituições financeiras, o fundo assegura até R\$ 250 mil...[+ Ler Mais](#)

## CVM quer acabar com papelada de fundos e ampliar comunicação on-line

Fonte: Valor Econômico / Luciana Seabra - 14.05.14

Valorizar os meios eletrônicos de comunicação é o primeiro objetivo listado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na minuta da audiência pública da Instrução nº 409, que regula os fundos de investimentos...[+ Ler Mais](#)



## Governo lança portal de educação financeira

Fonte: Valor Econômico / Sérgio Tauhata - 13.05.14

Desde a primeira semana de maio, a educação financeira ganhou mais alcance no país. A Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), entidade responsável por executar as ações... [+ Ler Mais](#)

## Internet lidera em transações; liberação de crédito cresce

Fonte: Brasil Econômico / Léa De Luca - 13.05.14

O relatório do Banco Central trouxe também dados consolidados sobre a utilização dos canais de atendimento das instituições financeiras. Em 2013 prevaleceu o atendimento pela internet, como vem ocorrendo desde 2009... [+ Ler Mais](#)

## Taxa implícita na dívida pública vai a alto patamar

Fonte: Valor Econômico / Claudia Safatle - 12.05.14

A taxa de juros implícita na dívida líquida do setor público, hoje de 17%, pode chegar a 21,6% em 2016 e permanecer acima de 20% pelo menos até 2018, aponta a Carta do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da FGV... [+ Ler Mais](#)

## Bancos e startups investem em pagamentos móveis

Fonte: Valor Econômico / Sérgio Tauhata - 12.05.14

Os canais digitais podem se firmar como as principais vias de atendimento bancário já em 2014, segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), se mantido o atual ritmo de expansão... [+ Ler Mais](#)

## BC fará audiência sobre regras de liquidez de bancos

Fonte: Valor Econômico / Felipe Marques - 09.05.14

O Banco Central tentará, até o fim deste mês, colocar em audiência pública as regras sobre o índice de liquidez dos bancos (LCR, na sigla em inglês), parte da regulação prudencial bancária de Basileia 3... [+ Ler Mais](#)

## Tarullo quer ajustes em regulação bancária

Fonte: Valor Econômico / Craig Torres / Kim Chipman / Bloomberg - 09.05.14

Daniel Tarullo, presidente regional do Fed (*Federal Reserve*, banco central dos EUA), propôs um ajuste fino na proposta de regulamentação para bancos de todos os portes, entre elas a de isentar pequenos bancos da obrigatoriedade... [+ Ler Mais](#)

## Queda de aprovações explica desaceleração do crédito, avalia BC

Fonte: Valor Econômico / Alex Ribeiro - 09.05.14

Dados divulgados ontem pelo Banco Central de sua pesquisa trimestral das condições de crédito sugerem que a desaceleração recente no mercado bancário está ligada sobretudo à queda da oferta de linhas pelos bancos... [+ Ler Mais](#)

## Receita de banco com tarifa avança acima da inflação

Fonte: Valor Econômico / Carolina Mandl / Vinicius Pinheiro - 08.05.14

Em tempos em que o crédito cresce de forma moderada no país e a taxa básica de juros pressiona as margens financeiras, os quatro maiores bancos do país com ações listadas na bolsa ampliaram os ganhos com tarifas e serviços... [+ Ler Mais](#)

## "Sigilo bancário está morto", reporta jornal suíço

Fonte: Valor Econômico / Assis Moreira - 08.05.14

"Desta vez, o sigilo bancário está morto". Essa foi a manchete de ontem do jornal "*Tribune de Geneve*", ao anunciar que a Suíça assinou oficialmente o princípio de troca automática de informação entre fiscos... [+ Ler Mais](#)

## Na fila de espera do Banco Central

Fonte: Brasil Econômico / Léa De Luca - 07.05.14

Nos próximos 180 dias, cerca de 60 empresas não-financeiras que atuam no setor de pagamentos eletrônicos, sozinhas ou em associação com outras, devem pedir autorização ao Banco Central (BC) para continuar funcionando... [+ Ler Mais](#)

## Bancos buscam as empresas médias

Fonte: DCI / Renato Carvalho - 07.05.14

Os bancos ABC Brasil e Daycoval têm como maior foco de seus negócios as empresas, principalmente grandes e médias. E para este ano, as duas instituições pretendem se voltar mais para as companhias de médio porte... [+ Ler Mais](#)

## Bancos cooperativos crescem e figuram entre os 20 maiores

Fonte: Valor Econômico / Fabiana Lopes - 07.05.14

As operações das cooperativas de crédito estão cada vez mais semelhantes às dos bancos de varejo e cada vez mais distantes do crédito rural que as originou... [+ Ler Mais](#)

## Portabilidade de crédito vai estimular concorrência, diz BC

Fonte: Brasil Econômico - 06.05.14

As novas regras de portabilidade de crédito, que começaram a vigorar ontem, vão estimular a concorrência no setor e permitir aos clientes acesso a melhores taxas e condições de pagamentos, avaliam o Banco Central (BC)... [+ Ler Mais](#)

## Moody's vê Brasil com vulnerabilidade moderada

Fonte: Brasil Econômico / Agências - 06.05.14

A agência de classificação de risco *Moody's* vê vulnerabilidade moderada do Brasil a uma queda na entrada de capital no país e a deterioração da conta corrente...[+ Ler Mais](#)

## Banco médio amplia emissão pública de letras financeiras

Fonte: Valor Econômico / Vinícius Pinheiro - 05.05.14

A emissão pública de letras financeiras começa a despontar como uma alternativa de captação de recursos pelos bancos, em particular os de médio porte e aqueles ligados às montadoras de veículos...[+ Ler Mais](#)

## IOSCO alerta que é difícil investigar sistema não regulado

Fonte: Brasil Econômico / Reuters - 05.05.14

Iluminar o obscuro mundo de US\$ 70 trilhões do "*shadow banking*", ou sistema bancário sem regulação, está se revelando difícil para reguladores, devido à falta de dados e à pressão para impulsionar o crescimento econômico...[+ Ler Mais](#)

## Fed tende a colocar foco na inflação e menos no desemprego

Fonte: Valor Econômico / Roberta Costa - 05.05.14

Todos os meses, sem exceção, os investidores param, apostam e esperam pelos resultados do relatório de emprego dos Estados Unidos. Como tem sido historicamente uma das principais medidas do *Federal Reserve* (Fed)...[+ Ler Mais](#)

## Novas regras de portabilidade de crédito começam a partir desta segunda

Fonte: Estadão / Hugo Passarelli / Leticia Autran - 05.05.14

Levar uma dívida de um banco a outro para conseguir juros mais baixos vai ficar mais fácil. A partir de hoje, a chamada portabilidade de crédito ganha novas regras e fica menos burocrática...[+ Ler Mais](#)

## Principais bancos médios do Brasil resistem à fraqueza da economia, diz Fitch

Fonte: Estadão / Aluisio Alves / Guillermo Parra-Bernal / Reuters - 02.05.14

Os principais bancos médios estão prontos para lidar com o atual cenário de compressão das margens de lucro resultante da fraca atividade econômica e de custos de captação maiores com a elevação da taxa básica de juros...[+ Ler Mais](#)

## Aperto no consumo começa a dificultar pagamento de dívida

Fonte: Brasil Econômico / Marcelo Loureiro - 02.05.14

O aperto monetário para frear o consumo e conter a inflação, ancorado na alta da taxa básica de juros, pode ser o motivo do movimento de inflexão nas linhas de inadimplência do crédito no país...[+ Ler Mais](#)

# VARIÁVEIS ECONÔMICAS

ATIVIDADE ECONÔMICA	2009	2010	2011	2012	2013	Projeções <sup>1</sup>	
						2014	2015
PIB (US\$ bilhões)	1.626	2.144	2.475	2.269	2.472	2.643	2.941
PIB (R\$ bilhões)	3.750	4.033	4.143	4.392	4.759	5.162	5.597
PIB (%)	-0,3	7,5	2,7	1,0	2,3	2,0	2,5
PIB per Capita (R\$)	19.377	20.628	20.988	22.044	23.671	25.459	27.376
PIB per Capita (%)	-1,3	6,4	1,7	0,1	1,4	1,1	1,7
SETOR EXTERNO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Balança Comercial (US\$ bilhões)	25,3	20,1	29,8	19,4	2,6	8,0	10,0
Exportações (US\$ bilhões)	153,0	201,9	256,0	242,6	242,2	253,0	255,0
Importações (US\$ bilhões)	-127,7	-181,8	-226,2	-223,1	-239,6	-245,0	-245,0
Saldo em Conta Corrente (US\$ bilhões)	-24,3	-47,3	-52,6	-54,2	-81,4	-78,0	-72,0
Saldo em Conta Corrente (% PIB)	-1,5	-2,2	-2,1	-2,4	-3,7	-3,1	-2,4
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)	25,9	48,5	66,7	65,3	64,0	63,0	55,0
Investimento Estrangeiro Direto (% PIB)	1,6	2,3	2,7	2,9	2,9	2,5	1,9
SETOR PÚBLICO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	42,1	39,1	36,4	35,1	33,8	34,9	36,8
Resultado Primário (% PIB)	2,0	2,7	3,1	2,4	1,9	1,7	1,7
Resultado Nominal (% PIB)	-3,3	-2,5	-2,6	-2,5	-3,3	-3,8	-4,7
INFLAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
IPCA (%)	4,3	5,9	6,5	5,8	5,9	6,4	5,8
INPC (%)	4,1	6,5	6,1	6,2	0,1	5,9	5,7
IGP-M (%)	-1,7	11,3	5,1	7,8	5,5	6,5	5,6
IGP-DI (%)	-1,4	11,3	5,0	8,1	5,5	6,7	5,8
IPC-Fipe (%)	3,6	6,4	5,8	5,1	3,9	6,3	5,4
CÂMBIO, JUROS & CRÉDITO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BRL/USD (Fechamento)	1,74	1,67	1,88	2,04	2,34	2,4	2,5
BRL/USD (Média)	1,99	1,76	1,67	1,95	2,16	2,5	2,5
SELIC (Fechamento) (%)	8,7	10,7	10,9	7,3	9,9	10,9	10,9
SELIC (Média) (%)	10,1	9,8	11,7	8,5	8,2	10,8	10,9
Crédito Total (%)	15,1	20,6	18,8	16,4	14,0	13,5	13,5
Crédito Com Recursos Direcionados (%)	29,2	27,0	22,4	20,7	24,0	19,0	19,0
Crédito Com Recursos Livres (%)	8,4	16,9	16,5	13,5	8,0	9,0	9,0
EVOLUÇÃO DO CRÉDITO <sup>2</sup>	2009	2010	2011	2012	2013	Abril de 2014	
Crédito Total (%)	15,1	20,6	18,8	16,4	14,6	% em 12 meses	Saldo (R\$ bilhões)
Crédito Com Recursos Direcionados (%)	29,2	27,0	22,4	20,9	24,5	13,4	2.777
Crédito Com Recursos Livres (%)	8,4	16,9	16,5	13,6	7,8	23,2	1.274
Recursos Livres - Pessoas Físicas (%)	15,9	20,5	13,2	10,2	7,6	6,2	1.504
Crédito Consignado (%)	29,5	27,1	16,9	18,5	17,5	6,3	752
Crédito Pessoal Não Consignado (%)	11,8	24,6	21,8	13,5	8,3	14,6	232
Aquisição de Veículos - Pessoas Físicas (%) <sup>3</sup>	14,2	49,1	26,6	8,8	-0,2	7,7	101
Recursos Livres - Pessoas Jurídicas (%)	1,6	13,2	20,1	17,0	8,0	-2,1	189
Capital de Giro - Pessoas Jurídicas (%)	27,1	22,9	17,3	18,2	5,9	6,1	752
Conta Garantida - Pessoas Jurídicas (%)	-5,1	6,1	19,6	-1,3	-0,2	4,1	385
						-0,6	43

<sup>1</sup> Dados atualizados até 29/05/2014.

<sup>2</sup> Em virtude de alterações no formato de divulgação, feita pelo Banco Central do Brasil em janeiro de 2013, algumas séries foram modificadas.

<sup>3</sup> Exceto *Leasing* (Arrendamento Mercantil).



---

## **Assessoria Econômica**

[assessoriaeconomica@abbc.org.br](mailto:assessoriaeconomica@abbc.org.br)

Av. Paulista, 949 - 6º andar  
Cerqueira César - CEP: 01311-100  
São Paulo - SP

Telefone: (5511) 3288-1688

Fax: (5511) 3288-3390

**[www.abbc.org.br](http://www.abbc.org.br)**